

O BRASIL NO REGIME INTERNACIONAL SOBRE NÃO PROLIFERAÇÃO NUCLEAR DE 1968 A 1998: DA NEGAÇÃO À ADESÃO DO TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO NUCLEAR

Lucas Peixoto Pinheiro da Silva¹
Victoria Viana Souza Guimarães²

RESUMO: O Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) foi criado em julho de 1968 e entrou em vigor em março de 1970. O Brasil, entretanto, somente aderiu ao Tratado em 1998. O presente trabalho, por meio da revisão integrativa da literatura, tem como objetivo verificar quais são as diferentes explicações por trás da não adesão do Brasil em 1968 e da sua adesão em 1998, assim como realizar uma categorização dessas diferentes explicações. Verificam-se cinco teses distintas para explicar a não adesão ao TNP e doze para explicar a adesão. Ao longo desses trinta anos, houve fatores sistêmicos, como o fim da Guerra Fria, e domésticos, como a redemocratização, que são relevantes para análise. Nota-se que há maior interesse em estudar a adesão por causa de sua aproximação cronológica, seu destaque na agenda política do país e a extensão de seu processo decisório.

Palavras-chave: TNP; Política Externa Brasileira; Nuclear.

ABSTRACT: The Nuclear Non-Proliferation Treaty (NPT) was created in July 1968 and entered into force in March 1970. However, Brazil only adhered to the Treaty in 1998. The present paper is an integrative literature review that aims to verify what are the different explanations behind Brazil's non-adherence in 1968 and its adherence in 1998, as well as to categorize these different explanations. There are five different theses to explain the non-adherence to the NPT and twelve to explain the Brazilian adherence. Over these thirty years, there have been systemic factors, such as the end of the Cold War, and domestic factors, such as re-democratization, that are relevant for the analysis. It is noticeable that there is a greater interest in studying adherence because of its chronological approach, its prominence in the country's political agenda and the extension of its decision-making process.

Keywords: NPT; Brazilian Foreign Policy; Nuclear.

INTRODUÇÃO

O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) foi criado em julho de 1968 e entrou em vigor em março de 1970. O Brasil, em contra partida, embora tenha participado dos debates da elaboração do Tratado, não aderiu a

¹ Bacharel em Relações Internacionais (UFF). Mestre do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos (UFF). Membro do Laboratório Defesa&Política[s] (UFF).

² Bacharel em Relações Internacionais (UFF). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos (UFF). Membro do Laboratório Defesa&Política[s] (UFF).

ele em 1968, fazendo-o em 1998, quando somente outros quatro países³ não o haviam assinado.

A justificativa oficial da não adesão ao TNP baseia-se na consideração do tratado como discriminatório, pois atribuía status nuclear apenas a cinco países nuclearmente armados⁴, mantendo, desse modo, o *status quo* do oligopólio nuclear; e no entendimento de ser um direito soberano do país de desenvolver a tecnologia nuclear. Em relação à adesão, a justificativa foi a de que era preciso modernizar as relações exteriores do Brasil, aderindo aos regimes internacionais, o que aumentaria a credibilidade externa do país, uma lógica de “autonomia pela integração”⁵. Esse novo modelo de inserção internacional do Brasil após a redemocratização, em particular na década de 1990, envolveu vários regimes internacionais. Nesta pesquisa, verificou-se a mudança de comportamento do Brasil no regime internacional de não proliferação nuclear (RINPN), entre 1968 e 1998.

A realidade é complexa e envolve muitas e distintas interpretações por trás dessa mudança de postura em relação ao TNP. No intuito de entender melhor esse processo e de torná-lo mais didático, este artigo tem estes objetivos: a) oferecer uma visão geral sobre o posicionamento do Brasil frente ao TNP desde sua criação, em 1968, até a adesão brasileira ao tratado, em 1998; b) a apresentação do estado do conhecimento existente na literatura sobre o tema; c) a categorização das diferentes perspectivas teóricas sobre o tema (taxonomia⁶). Considerando a dimensão deste trabalho, ele não pretende ser exaustivo, mas apresentar as principais interpretações por trás dessa mudança de posição com a finalidade de esclarecer o processo.

O método de pesquisa empregado foi a revisão de literatura. A revisão de literatura é uma ferramenta metodológica para avaliar evidências ou teorias concorrentes de uma determinada área, podendo ser estreita, ao investigar a

³ Coreia do Norte, Índia, Israel e Paquistão.

⁴ O artigo IX do TNP estabelece como “Estados nucleares” aqueles que realizaram detonações até o dia 1º de janeiro de 1967. Isto é, Estados Unidos, China, União Soviética (atualmente, Rússia), França e Reino Unido, ou seja, os países membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

⁵ Expressão usada pelo chanceler Luiz Felipe Lampreia em aula magna proferida no Instituto Rio Branco, adaptando o termo “autonomia pela participação”, criado pelo embaixador Gelson Fonseca Jr (LAMPREIA, 1999, p. 89-90).

⁶ Refere-se a um sistema de classificação que categoria fenômenos em conjuntos mutuamente exclusivos e exaustivos com uma série de regras de decisão (DOTY; GLICK, 1994, p. 232).

relação entre duas variáveis específicas, ou podendo ser abrangente, ao explorar a evidência coletiva de uma área de pesquisa (SNYDER, 2019, p. 334). Ela é normalmente empregada a fim de averiguar o estado do conhecimento de um determinado assunto, o que é um dos objetivos deste artigo. Os dados são coletados com a finalidade de verificar a pergunta de pesquisa e são sujeitos a interpretação e análise (DACOMBE, 2017, p. 2).

A revisão de literatura como técnica de pesquisa divide-se em três abordagens (SNYDER, 2019), de acordo com o quadro 1.

Quadro 1- Abordagens para Revisão de Literatura

<i>Abordagens</i>	Sistemática	Semi sistemática (Narrativa)	Integrativa (Crítica)
<i>Propósito típico</i>	Síntese teórica e comparação de evidências	Visão geral da área de pesquisa e rastreamento do desenvolvimento ao longo do tempo	Crítica e síntese teórica
<i>Questões de pesquisa</i>	Específica	Abrangente	Estreita ou abrangente
<i>Estratégia de busca</i>	Sistemática	Pode ou não ser sistemática	Geralmente não é sistemática
<i>Características da amostra</i>	Artigos quantitativos	Artigos científicos	Artigos de pesquisa livros e outros textos publicados
<i>Análise e Avaliação</i>	Quantitativa	Quantitativa/ qualitativa	Qualitativa
<i>Exemplos de contribuição</i>	- Evidência dos efeitos; - Informar a política (<i>policy</i>) e a prática.	- Estado do conhecimento da área; - Temas da literatura; Visão geral histórica; - Agenda de pesquisa; - Modelo teórico.	- Taxonomia ou classificação; - Modelo ou enquadramento teórico

Extraído de Snyder (2019, p. 334).

A abordagem integrativa de revisão de literatura enquadra-se melhor aos objetivos deste artigo, por tratar-se de um tema cuja base de dados é qualitativa, com textos publicados em fontes variadas, não sendo um estudo feito a partir de uma coleta exaustiva de artigos, mas a partir de uma coleta baseada na relevância qualitativa de literatura afeta ao tema estudado.

Conforme Snyder (2019, p. 334), uma revisão integrativa pode ser útil quando a proposta de revisão não é necessariamente de fazer um levantamento exaustivo de toda os artigos publicados sobre um tema, mas a

combinação de diferentes perspectivas do tema e de diferentes fontes de publicação. As revisões integrativas são empregadas para aferir, criticar e sintetizar a literatura de um tópico de pesquisa de uma forma que facilita a composição de novos enquadramentos teóricos e perspectivas (TORRACO, 2005, p. 356). Essa abordagem pode ser usada tanto para temas de pesquisa emergentes quanto para temas bem amadurecidos, como é o caso do tema em questão. Nesse caso, o propósito é organizar uma visão geral do conhecimento básico, revisar criticamente e potencialmente “reconceitualizar” o tema, bem como expandir o fundamento teórico do tópico específico que a literatura desenvolve (TORRACO, 2005, p. 357; SNYDER, 2019, p. 335).

A contribuição potencial deste artigo é o avanço do conhecimento e do enquadramento teórico dos tópicos de pesquisa escolhidos, não apenas apresentar uma visão geral e uma descrição histórica do assunto.

Torraco (2005, p. 363) apresenta estas quatro formas de realizar um trabalho de síntese de novas ideias a partir de uma revisão de literatura integrativa: a agenda de pesquisa; a taxonomia ou outras classificações conceituais de constructos; modelos alternativos ou enquadramentos conceituais; metateoria. Desse modo, este artigo inclui a taxonomia da revisão de literatura feita, ao classificar em diferentes agrupamentos teóricos as pesquisas realizadas no tema estudado, a fim de verificar os aspectos em comum entre as diferentes interpretações do mesmo evento. Isso estabelece a fundamentação para futuras novas teorizações sobre os eventos estudados (TORRACO, 2005, p. 363).

O artigo divide-se em três partes: o motivo por trás da negação; os motivos por trás da aceitação do TNP pelo Brasil; considerações finais.

Há três perguntas de pesquisa que conduzem este artigo: a) quais as causas da negação brasileira em assinar o TNP por quase 30 anos? b) quais as causas da adesão do Brasil ao TNP, em 1998? c) Com base na bibliografia levantada, o que mudou ao longo desses trinta anos? Essas três perguntas são respondidas respectivamente nas próximas três partes do artigo.

OS MOTIVOS DA NÃO ADESÃO

A primeira decisão governamental que estabeleceu prioridade explícita para a área nuclear foi anunciada pelo General Artur da Costa e Silva, em

1967, como parte de sua política de modernização e de crescimento econômico acelerado; nesse governo foram promovidas importantes alterações na estrutura administrativa do programa nuclear, subordinando à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e ao Ministério das Minas e Energias (WROBEL, 2000, p.73-74).

O presidente Costa e Silva contribuiu para vincular o conceito de segurança ao desenvolvimento, pois, para ele, aquela dependia deste, ao invés de depender de outras potências ou sistemas de alianças. A política externa de sua administração, segundo Amado Cervo (2011, p. 433), opôs-se coerentemente ao TNP, nos termos propostos pelas duas grandes potências da época, que consolidavam a desigualdade tecnológica, e condicionou a duas condições para aderir ao Tratado: permitir o acesso à tecnologia nuclear e prever medidas efetivas de desarmamento por parte dos Estados nucleares.

Durante o governo de Costa e Silva, em 1968, encerravam-se as negociações do TNP e as potências apresentaram para votação a resolução que endossava o projeto. O Brasil, juntamente com Argélia, Índia, Paquistão e França, absteve-se alegando que o sistema que se criava não era pautado no princípio da igualdade soberana dos Estados, consagrado na Carta da ONU, e não havia um equilibrado mecanismo de obrigações entre os países nuclearmente armados e os países não nuclearmente armados (ZIEMATH, 2016, p. 58).

O instrumento utilizado pelo governo brasileiro para resistir às pressões internacionais oriundas dessa recusa foi sua assinatura do Tratado para Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco), em 1967⁷; por meio dele, o governo brasileiro demonstrava sua boa vontade em

⁷ Cabe ressaltar que apesar de ter sido assinado, em 1967, e ratificado, em 1968, o tratado somente entra em vigor em 1994. De acordo com Martínez (2008, p. 251), as objeções ao Tratado de Tlatelolco estavam relacionadas à interpretação do artigo 18 no que diz respeito às explosões nucleares pacíficas, ao trânsito de armas nucleares na zona e ao conteúdo dos acordos com a AIEA derivados do Tratado. A justificativa do Brasil em não ter apresentado a dispensa e condicioná-la às assinaturas dos Protocolos I e II, por parte das potências nucleares, foi explicitada neste trecho: “A posição do Brasil tem sido coerente desde as primeiras etapas do processo de negociação do Tratado de Tlatelolco. Não acreditamos que possamos fortalecer a desnuclearização da América Latina com a dispensa que propõe o artigo 18. Pelo contrário, a segurança de nossa área geográfica é necessariamente o resultado de uma disposição coletiva dos países da região e de um engajamento inequívoco por parte dos países militarmente nucleares, mediante a assinatura dos Protocolos I e II. Quando isso ocorrer, o Brasil que já ratificou o Tratado, se tornará *ipso facto* Parte do mesmo. Até lá, o Brasil, como os demais

cooperar para a não proliferação sem, contudo, deixar de investir na tecnologia nuclear (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 223). De acordo com o Ministério das Relações Exteriores a adesão a este tratado:

[...] em nada feria a posição oficial brasileira, dado o fato de o tratado incluir três itens considerados fundamentais e indispensáveis, que eram: 1) a garantia de que todos os países latino-americanos assinariam o tratado; 2) a inclusão dos territórios não autônomos da América Latina na área circunscrita pelo tratado; e 3) o compromisso formal de todas as potências nuclearizadas de que garantiriam a inviolabilidade da região ante ataque ou ameaça de ataque com armas nucleares (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 223).

No Tratado de Tlatelolco, o Brasil conseguiu inserir ideias como o artigo 18, que permite a realização de explosões nucleares pacíficas⁸ (HERZ; DAWOOD, 2013, p. 501-502; WROBEL, 2017, p. 233, 236). Embora, tenha aderido ao Tratado de Tlatelolco desde sua origem, ele só entrou em vigor, no Brasil, em 1994, quando o Brasil apresentou à Organização para Proscrição de Armas na América Latina (Opanal) a Declaração de Dispensa de preenchimento dos requisitos estabelecidos nos incisos (a) e (d) do primeiro parágrafo do artigo 28 (PINHEIRO DA SILVA, 2019, p. 102-103).

Levando em consideração a literatura pesquisada, encontram-se estas cinco teses diferentes para explicar a não adesão do Brasil ao TNP: a) a tese do desenvolvimento nacional; b) a tese da “autonomia pela distância”, c) a tese do “congelamento de poder”, d) a tese da finalidade civil; e) a tese do controle militar. A seguir elas serão expostas brevemente.

Um tema central na gestão de José de Magalhães Pinto à frente do Itamaraty, no período de 1967-1969, foi o conceito de uso pacífico da energia nuclear com fim de promover o desenvolvimento nacional. De acordo com o ministro (PINTO, 1967, p. 279-280):

A diplomacia brasileira põe especial empenho na obtenção de colaboração externa para a nuclearização pacífica do país. A nossa convicção profunda é a de que o Brasil não pode perder a revolução do átomo, sob pena de não superarmos jamais o

signatários, deverá se abster de atos que frustram os objetivos do Tratado” (OPANAL/S/Inf. 127, 1977, p.1-3 apud MARTÍNEZ 2008, p. 251-252).

⁸ Acreditava-se que explosões nucleares poderiam ser empregadas para a exploração de recursos naturais, como era estudado pelos EUA no Projeto Gnome (WROBEL, 2017, p. 234).

subdesenvolvimento em que nos encontramos, que não é apenas econômico, mas sobretudo científico e tecnológico. Por isso mesmo, viemos defendendo com firmeza o nosso direito ao pleno desenvolvimento, por conta própria, de todas as aplicações civis da energia atômica, inclusive o direito à fabricação de explosivos nucleares para fins pacíficos, para grandes obras de engenharia geográficas ou de prospecção e mineração. Repudiamos o armamento nuclear, nos termos do Tratado do México, pois pacífica é a nossa tradição e a nossa vocação internacional. Mas não renunciaremos, nem poderíamos jamais renunciar, ao que certamente virá a constituir o principal instrumento tecnológico do desenvolvimento. Fazê-lo equivaleria talvez a comprometer o futuro deste grande país. (...). Ora, nossas mais legítimas aspirações de progresso serão inviáveis sem o amplo domínio da tecnologia do átomo, sem uma intensa participação na revolução científica, cujo centro está no aproveitamento civil da energia nuclear. O empenho que colocamos na defesa de nosso direito à irrestrita nuclearização pacífica, é legítimo, sério e sem prevenções (grifo nosso).

Em relação ao TNP o então Ministro das Relações Exteriores entendia que este era:

[...] duplamente discriminatório - contrário aos que não detinham a tecnologia nuclear ou as armas atômicas - e nocivo ao Brasil, que estabeleceu sua política nuclear em dois pontos: a) renúncia às armas nucleares, apoio ao desarmamento nuclear e à não proliferação; b) determinação de utilizar a energia nuclear para acelerar o desenvolvimento, não pela importação do produto final, mas gerando uma tecnologia própria, conforme já procediam até mesmo países em desenvolvimento como Índia, Paquistão e Argentina. (CERVO, 2011, p.433).

O posicionamento oficial do governo exposto naquele período por Magalhães Pinto encaixa-se na tese do Desenvolvimento Nacional.

A tese do Desenvolvimento Nacional, que entende que a adesão ao TNP representaria um obstáculo ao desenvolvimento do país, é compartilhada por Gustavo Marchetti (2011) e por Amado Cervo (1998; 2011). Marchetti (2011) afirma que nesse período foi adotada uma política externa mais autônoma, instrumentalizada em favor do desenvolvimento nacional, no qual o projeto nuclear tinha posição de destaque; e Amado Cervo (1998, p. 73-74; 2011, p. 433) compartilha a visão do desenvolvimento pacífico da tecnologia nuclear para acelerar o desenvolvimento nacional.

Uma outra tese é a “Autonomia pela Distância” que, segundo Gelson Fonseca Júnior (2004, p. 360), teria caracterizado a política externa no período

de 1961-1990. Além do Gelson Fonseca (2004), essa tese inclui Celso Lafer, bem como Tullo Vigevani, Marcelo Oliveira e Rodrigo Cintra (2003).

Nesse período, a atitude multilateral passa a ser mais defensiva e a autonomia seria garantida por relativa distância do engajamento multilateral. Relativa, pois não existe "abandono" dos foros, o Brasil continua ativo na ONU e até propositivo, particularmente no campo econômico (FONSECA JR, 2014, p. 139). Essa atitude influenciava o conjunto da política exterior brasileira (VIGEVANI et al, 2003, p. 31). Ao longo desse momento, o Brasil manteve-se ausente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) por cerca de duas décadas (1968-1988)⁹ e manteve distância do TNP, resguardando, desse modo, a possibilidade de desenvolver a sua tecnologia nuclear.

Segundo Celso Lafer, a "Autonomia pela Distância" tinha como premissa uma inserção controlada no sistema internacional que, naquele momento, representava, inclusive em matéria de segurança, uma aposta viável para um país continental, relativamente fechado sobre si, que não tinha, na sua agenda internacional, componentes hobbesianos de conflito e de rivalidade presentes na política externa de outros países de escala continental como a China e a Índia (LAFER, 1998, p. 12). A gestão da ordem nuclear somente pelos cinco países nucleares - membros permanentes do CSNU - "traduzia uma situação na qual a segurança dos poucos, baseada na dissuasão nuclear, não representava a segurança de todos"; mas, sim "uma ordem ameaçadora para os que não estavam cobertos por um 'guarda-chuva' nuclear" (LAFER, 1998, p. 5). Nesse sentido, a opção de manter-se fora do TNP resguardava ao Brasil a opção de desenvolver todos os usos, inclusive explosões pacíficas, da tecnologia nuclear (LAFER, 1998, p. 5).

⁹ O Brasil já foi dez vezes membro não permanente no CSNU, o que o torna o segundo país que mais vezes ocupou assento eletivo no Conselho depois do Japão (eleito 11 vezes); o Brasil ocupou assento não permanente no CSNU nos biênios 1946-1947, 1951-1952, 1954-1955, 1963-1964, 1967-1968, 1988-1989, 1993-1994, 1998-1999, 2004-2005 e 2010-2011 (ZIEMATH, 2016, p.10). Uziel (2010, p. 86, apud ZIEMATH, 2016, p.65) afirma que, no período em que o esteve ausente do Conselho, o Brasil encontrava poucas razões para desempenhar um papel mais ativo no CSNU, pois ele estaria inoperante diante do "congelamento de poder" e porque o país não tinha problemas imediatos de segurança externa ou de fronteiras e não via, assim, necessidade de influir em decisões específicas do Conselho.

Em 1971, foi elaborada a tese do “Congelamento do Poder Mundial” pelo embaixador João Augusto de Araújo Castro (1971, p. 40-41) que afirmou o seguinte:

Em várias oportunidades, no cenário das Nações Unidas, perante a Assembleia Geral e perante o Conselho Econômico e Social, o Brasil tem procurado caracterizar o que agora se delineia claramente como firme e indistinta tendência no sentido do ‘Congelamento do Poder Mundial’. E quando falamos de Poder, não falamos apenas de Poder Militar, mas também de Poder Político, Poder Econômico, Poder Científico e Tecnológico. O Tratado de Não Proliferação, ponto mais alto da détente entre a URSS e os Estados Unidos, é o instrumento central dessa política de congelamento do Poder Mundial. [...]. As superpotências realizam um esforço conjugado no sentido de uma estabilização e congelamento do Poder Mundial, em função de duas datas históricas arbitrárias: 24 de outubro de 1945, data da entrada em vigor da Carta das Nações Unidas, e 1 de janeiro de 1967, data limite para que os países se habilitassem como Potências Militarmente Nucleares, nos termos do Tratado de Não Proliferação. O Tratado, que se interpreta como um complemento da Carta no processo de congelamento do Poder Mundial viola, entretanto, vários de seus Propósitos e Princípios na medida em que estabelece distintas categorias de nações: uma categoria de países fortes e, portanto, adultos e responsáveis, e uma categoria de países fracos e, portanto, não adultos e não responsáveis. O Tratado procede da premissa de que, contrariamente a toda evidência histórica, o Poder traz em seu bojo a prudência e a moderação. Institucionaliza a desigualdade entre as nações e parece aceitar a premissa de que países fortes se tornarão cada vez mais fortes e de que países fracos se tornarão cada vez mais fracos.

Para o embaixador Luiz Felipe Lampreia (1998, p. 12), a recusa em assinar o TNP, devia-se ao fato de considera-lo iníquo, pois ele permite que as potências nucleares conservem seus arsenais e dele servirem-se para “congelar” uma determinada situação de poder; além disso, ele considerava o Tratado como “um emblema de resistência e de manutenção de opções brasileiras para o futuro” (LAMPREIA, 2010, p. 35). O embaixador Azeredo da Silveira, compartilhava essa visão do TNP como uma “camisa-de-força política” no Brasil; o Tratado não era um instrumento para evitar que o país tivesse a bomba nuclear, mas sim um instrumento de coerção de um grande país como o Brasil em uma “moldura pequena” (LAMPREIA, 2010, p. 35).

A tese do Controle Militar trata das relações civil-militares envolvidas na evolução do Brasil no Regime Internacional de Não Proliferação Nuclear

(RINPN). Segundo essa tese, o RINPN teria sido percebido pelas Forças Armadas como oneroso e intrusivo para suas ambições militares (SOTOMAYOR, 2013, p. 92). A recusa inicial do Brasil em aderir ao RINPN baseava-se em razões econômicas e técnicas, mas também em motivações políticas e militares; nesse sentido, o TNP não teria permitido que as Forças Armadas desenvolvessem esse conhecimento, já que o regime restringiu as atividades militarizadas (SOTOMAYOR, 2013, p. 92).

O tema nuclear é complexo devido ao seu uso dual - civil e militar. Desse modo, a tese da Finalidade Pacífica afirma que a principal motivação por trás da aspiração de dominar a tecnologia nuclear era um conceito de segurança nacional que abrangia as dimensões militar, política e econômica (WROBEL, 2017, p. 322). A tentativa do Brasil de obter acesso ao ciclo completo de combustível nuclear teve como principal motivação a dimensão pacífica, apesar da existência de uma dimensão militar; a qual esteve presente no caso do Brasil pela influência das Forças Armadas na questão nuclear, pela dominação do processo de tomada de decisões por oficiais militares e pela presença de grupos nas Forças Armadas em favor de desenvolvimento de armas nucleares (WROBEL, 2017, p. 323).

De acordo com Paulo Wrobel (2000, p. 69), da década de 1950 até 1980, a tecnologia nuclear foi sinônimo de avanço tecnológico e de prosperidade, assim como símbolo de grande potência, na esfera civil e militar. Em relação à não assinatura do TNP, para Wrobel (2000, p.81), ela teria representado um protesto do Brasil contra o que considerou um regime internacional discriminatório e que feria seu direito de nação soberana. A não adesão ao TNP e a não colocação em prática do Tratado de Tlatelolco “serviu de argumento àqueles que incluem o Brasil como parte de um grupo de nações consideradas como de risco à estabilidade do sistema internacional...[assim como de] um potencial produtor de armas nucleares” (WROBEL, 2000, p. 66).

No intuito de facilitar a visualização das diferentes teses que defendem/explicam a não adesão do Brasil ao TNP expostas até o momento foi elaborado o quadro 2. Esse quadro apresenta as principais vertentes explicativas e os autores que se relacionam com elas.

Quadro 2 – Sistematização da Revisão de Literatura (Não adesão ao TNP)

VERTENTE EXPLICATIVA PRINCIPAL	AUTORES
Tese do Desenvolvimento Nacional	MARCHETTI, Gustavo Heyse (2011); CERVO, Amado Luiz (1998; 2011).
Tese Autonomia pela Distância	LAFER, Celso (1998); VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo (2003); FONSECA JR, Gelson (2004).
Tese do Congelamento de Poder	CASTRO, João Augusto de Araújo (1971); SILVEIRA, Antonio Francisco Azeredo da; LAMPREIA, Luiz Felipe (1998; 2010)
Tese do Controle Militar	SOTOMAYOR, Arturo (2013)
Tese da Finalidade Pacífica	WROBEL, Paulo (2000; 2017)

Elaboração própria.

Nesta parte, foram abordados os motivos por trás da não adesão ao TNP pelo Brasil. Na próxima seção, serão abordados os motivos por trás da adesão brasileira ao Tratado.

OS MOTIVOS DA ADESÃO

Durante o governo de José Sarney, ainda influenciado pelo regime militar, o Brasil recusou-se a assinar certos tratados internacionais na temática nuclear; no entanto seus pronunciamentos demonstram uma preocupação maior em afirmar o propósito pacífico da política atômica nacional (SOUZA, 2008, p. 402-403). Durante o seu governo, foi estabelecido, na Assembleia Nacional Constituinte, o art. 21, XXIII, da Constituição Federal de 1988, que declara que “toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional” (BRASIL, 1988).

O principal evento que maraca o fim do Programa Autônomo de Tecnologia Nuclear (PATN), também conhecido como Programa Nuclear Paralelo, em 1990, foi a cerimônia da “pá de cal”¹⁰, na qual o presidente Fernando Collor de Melo, publicamente, fechou o local de testes na base da

¹⁰ Esse episódio levou a impressões superestimadas de sua consequência prática (PINHEIRO DA SILVA, 2019, p. 94). O presidente Sarney já havia mandado fechar o buraco na Serra do Cachimbo ao final de seu mandato (OLIVEIRA, 2011, p. 49).

Aeronáutica localizada na Serra do Cachimbo, no Pará (PATTI, 2014, p. 9). A cerimônia teve um forte impacto internacional e foi seguida por um discurso de Collor na Assembleia Geral das Nações Unidas anunciando que o país prescindiria do direito de desenvolver explosivos nucleares pacíficos.

Em agosto de 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) enviou a assinatura do TNP para apreciação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, declarando que:

era tempo de reavaliar, com pragmatismo e serenidade, a posição brasileira frente ao TNP. Era tempo de decidirmos influenciar o processo de dentro. Não podíamos mais permanecer de fora, isolados e imobilizados. [...] Todos os nossos vizinhos e todos os nossos principais parceiros internacionais são membros [e] o Brasil, como não é membro, não pode participar desse processo, falar nesse foro, influenciá-lo. E isso não corresponde a seu peso e papel no cenário internacional, nem, estou certo, ao desejo da sociedade brasileira. Ausentando-se do Tratado, o Brasil nada ganha. Entrando, nada perde, até porque já assumimos compromissos de não-proliferação na Constituição de 1988 e em outros acordos. Mas, ao ingressar no TNP, o Brasil pode ganhar muito, em termos de projeção internacional e participação em mecanismos de decisão. Estamos fortalecendo ainda mais as nossas credenciais e a nossa credibilidade. [...] Vamos continuar a trabalhar pelo desarmamento geral e completo, em bases de equilíbrio e segurança. Vamos fazê-lo dentro do Tratado, atuando para corrigir seus desequilíbrios, ao lado de nossos principais parceiros. É o que se espera de um membro responsável da comunidade internacional. É o que se impõe a um país que, como o Brasil, quer dar uma contribuição relevante para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Não é uma questão de governo. É uma questão de Estado (CARDOSO, 1997, p. 671-673).

No ano seguinte, o Brasil aderiu ao TNP. Levando em consideração a literatura pesquisada, foram identificadas estas 12 teses diferentes para explicar a adesão do Brasil ao TNP: a) a tese das “vantagens automáticas”; b) a tese da “credibilidade internacional”; c) a tese da “ausência de ameaça externa”; d) a tese do “isolamento internacional”; e) a tese da “finalização do PATN”; f) a tese da “vulnerabilidade econômica”; g) a tese da “paz democrática”; h) a tese das “comunidades epistêmicas”; i) a tese da “adesão indireta”; j) a tese do “controle civil”; k) a tese das “forças profundas”.

A tese das “vantagens automáticas” baseia-se na ideia de que a adesão a regimes internacionais, nos anos de 1990, é feita na expectativa de que as

vantagens viriam automaticamente; essa tese consiste em uma perspectiva crítica à política exterior dos governos de Collor e de FHC, considerada ideológica neoliberal (PINHEIRO DA SILVA, 2019, p. 167). Nessa tese, enquadram-se autores como Amado Luiz Cervo (1998, 2001, 2006, 2008), João Alsina Júnior (2003), Paulo Visentini (2003), José Flávio Sombra Saraiva (2005) e Márcio Guimarães (2005).

A tese da “busca por credibilidade” baseia-se na ideia de que o país precisava melhorar a sua imagem no exterior, para aumentar a sua credibilidade internacional e o seu *soft power*¹¹, o qual passa a ter maior relevância em um contexto de inevitabilidade da globalização (PINHEIRO DA SILVA, 2019, p. 167). O país precisaria “renovar suas credenciais”, como explica Fonseca Jr. (2004, p. 367-369), em um novo contexto internacional, com constrangimentos incompatíveis com o modelo desenvolvimentista vigente até o fim dos anos 1980 (SILVA, 2019, p. 167). Essa é uma tese com muitos adeptos, incluindo participantes do governo de Fernando Henrique Cardoso, que defendiam essa perspectiva no Ministério de Relações Exteriores. São eles: Tullo Vigevani, Marcelo de Oliveira e Rodrigo Cintra (2003; 2012), Gelson Fonseca Júnior (2004), Antônio Carlos Lessa (et al., 2009), Monica Hirst (2006), Maria Regina Soares Lima (et al., 2009), Leonardo Oliveira (2011), Cristina Pecequillo (2012) e Leandro Souza (2013).

As próximas duas teses valorizam o processo de construção de confiança entre Brasil e Argentina. A tese da “ausência de ameaça externa” enfatiza que a aproximação com a Argentina gerou as condições necessárias para a aproximação do RINPN, com a gradual construção de confiança com o país que poderia ser a principal ameaça externa (PINHEIRO DA SILVA, 2019, p. 167). Ela inclui estes autores: Gian Luca Gardini (2005); Tatiana Coutto (2014); Richard Burns e Philip Coyle (2015); Matias Spektor (2016). Enquanto isso, a tese da “paz democrática” ressalta o processo de redemocratização em ambos países como importante fator para a distensão e para o processo de aproximação entre eles (PINHEIRO DA SILVA, 2019, p. 168). Essa tese é

¹¹ Soft Power é um conceito criado por Joseph Nye e pode ser compreendido como “a habilidade de moldar o que os outros querem”, por meio da “atratividade dos valores e da cultura de um país ou a habilidade de manipular a agenda de escolhas políticas de uma maneira que faça outros falharem em expressar algumas preferências por parecerem irrealistas demais” (NYE, 2004, p. 7).

defendida por David Albright (1989), Julio Carasales (1995), Carlo Patti (2010), Christopher Bluth (et al., 2010), Mariana Plum e Carlos Augusto Resende (2016), Nick Gillard (2016).

A tese do “isolamento internacional” afirma que o TNP teve um aumento expressivo de países signatários¹² ao longo dos 30 anos em que o Brasil recusou-se assiná-lo. A recusa em participar do TNP, que, a partir da adesão da Argentina em 1995, passou a ter somente cinco países não signatários, colocava o Brasil em uma situação de isolamento internacional muito significativa e representava a sua “auto exclusão” do processo de formação de agenda do RINPN (PINHEIRO DA SILVA, 2019, p. 176). Esse isolamento internacional seria custoso para o Brasil, justificando, assim, a sua adesão (PINHEIRO DA SILVA, 2010, p. 86). Marcos Valle Silva (2010, 2012) é o principal autor dessa tese e que elaborou o quadro 3. Para ele, após o depósito de salvaguardas abrangentes pelo Brasil, por meio do Acordo Quadripartite¹³, em 1991, não havia mais um custo significativo para permanecer fora do TNP.

¹² Segundo Silva (2010, p. 83), o aumento do número de adesões estaria relacionado a “barganha básica” do TNP que consistia na troca do compromisso dos ‘Estados não-nuclearmente armados’ de abdicarem do desenvolvimento e aquisição de armas nucleares, e os ‘Estados nuclearmente armados’ se comprometerem a facilitar a disseminação da tecnologia nuclear para fins pacíficos e engajar em negociações de desarmamento visando a completa eliminação de seus arsenais nucleares. Isso se fundamenta nos “três pilares do TNP: artigos II, IV e VI” - cuja essência é respectivamente não-proliferação, uso pacífico e desarmamento – que conferem “credibilidade e legitimidade” ao tratado (SILVA, 2010, p. 84).

¹³ O Tratado Quadripartite incluiu o depósito de salvaguardas abrangentes por Brasil e Argentina; estas são as principais contrapartidas exigidas de países não nucleares pelo TNP (PINHEIRO DA SILVA, 2019, p. 177).

Quadro 3 – Evolução do Número de Países-membros do TNP

Ano	Número de Estados-Membros da ONU ¹⁰⁶	Número de Estados-Membros da ONU e Partes do TNP ¹⁰⁷	Percentual de Estados Partes do TNP em Relação ao Número de Estados-Membros da ONU	Observações / Data de Referência (DR)
1970	127	45	35,4 %	O TNP entrou em vigor em 5 de março de 1970.
1975	144	90	62,5%	DR: 31/12/1975.
1980	154	108	70,1%	DR: 31/12/1980.
1985	159	127	79,9%	DR: 31/12/1985.
1989	159	136	85,5%	DR: 31/12/1989.
1990	159	138	86,8%	DR: 31/12/1990.
1991	166	143	86,1%	DR: 31/12/1991.
1992	179	154	86,0%	DR: 31/12/1992.
1993	184	161	87,5%	DR: 31/12/1993.
1994	185	169	91,4%	DR: 31/12/1994.
1999	188	184 ¹⁰⁸	97,9%	DR: 31/12/1999.
2000	189	185	97,9%	DR: 31/12/2000.
2002	191	188 ¹⁰⁹	98,4%	DR: 31/12/2002.
2006	192	189 ¹¹⁰	98,4%	DR: 31/12/2006.
2010	192	189 ¹¹¹	98,4%	DR: 31/12/2010.

Extraído de Silva (2010, p. 86).

A tese da “finalização do PATN” leva em consideração o fim do PATN e a completude do ciclo do urânio combustível; para os que entendem que o Brasil pretendia construir uma bomba atômica, o fim do PATN representaria o fim dessa pretensão (PINHEIRO DA SILVA, 2019, p. 168). Por sua vez, assumindo que o país não tinha essa finalidade, o principal objetivo do PATN já havia sido concluído; desse modo, o receio de sofrer cerceamentos externos para o desenvolvimento dessa tecnologia já não mais fazia sentido (PINHEIRO DA SILVA, 2019, p. 168). Essa tese inclui Amaral Sampaio (1997) e Leticia Oliveira (2014).

Segundo a tese da “vulnerabilidade econômica”, nesse período há um fortalecimento das condicionantes internacionais diante das sucessivas crises econômicas dos países em desenvolvimento (BATISTA, 2011, p. 90). Essa vulnerabilidade econômica, ao depender de ajuda externa para o equilíbrio fiscal e do balanço de pagamentos, permitiu o fortalecimento do Neoliberalismo na América Latina, que se somou ao esgotamento do modelo desenvolvimentista¹⁴ (PINHEIRO DA SILVA, 2019, p. 168). Gabriela Batista (2011) é a principal defensora dessa tese.

¹⁴ Devido ao grande endividamento externo a que o país se havia submetido no período dos governos militares, que aproveitaram o momento de enorme liquidez internacional para financiar o crescimento econômico com petrodólares (dólares provenientes da venda de petróleo, que os países exportadores investiam no sistema financeiro internacional), o cenário era de grande crise no campo econômico-financeiro. A forte crise econômica gerou descrédito

A tese das “comunidades epistêmicas” valoriza a função que as relações profissionais entre técnicos da Argentina e do Brasil tiveram na formulação de políticas futuras no setor nuclear desses países; a aplicação dessa abordagem na criação da ABACC ilustrou que especialistas com acesso a tomadores de decisão podem influenciar a criação de novas políticas de não proliferação (KUTCHESFAHANI, 2010, p. 214).

A tese da “adesão indireta” enfatiza o esvaziamento do poder de negociação do Brasil em relação ao TNP na medida que assumia outros compromissos internacionais junto ao RINPN (PINHEIRO DA SILVA, 2019, p. 168). A fórmula de adesão indireta ao RINPN esvaziou o poder de negociação do país em relação ao TNP, ao qual restou uma função simbólica para o Brasil e para a Argentina depois da assinatura do Acordo Quadripartite (PINHEIRO DA SILVA, 2019, p. 177). Esse esvaziamento do poder de negociação do Brasil no RINPN eliminava suas condições de barganhar, pois todas as principais garantias já haviam sido dadas, ficando o país somente com o ônus de manter-se fora do tratado internacional com o maior número de membros, após a Carta ONU (PINHEIRO DA SILVA, 2019, p. 177). Nessa tese, enquadram-se Leticia Pinheiro (2004) e Paulo Nogueira Batista (2009).

A tese do “controle civil” aborda as relações civil-militares envolvidas na evolução do Brasil no RINPN. Segundo essa perspectiva, a natureza evolutiva das relações civil-militares no Brasil explica por que o país modificou sua oposição ao regime. O processo de democratização iniciado em 1985 forneceu fortes incentivos para desmilitarizar o programa nuclear do Brasil; assumir compromissos internacionais junto ao RINPN era uma forma de garantir maior transparência ao setor que já havia revelado a existência de um programa nuclear paralelo (SOTOMAYOR, 2013, p. 92; 2014). Arturo Sotomayor (2013; 2014) é o autor dessa tese.

A tese das “forças profundas” explica os vários pontos de continuidade da política externa brasileira e enfatiza que a aproximação entre Brasil e Argentina tem a ver com o processo histórico de formação desses países e com características estruturais que permanecem com o tempo (PINHEIRO DA

para o modelo de desenvolvimento nacionalista predominante que teria proporcionado o crescimento da economia e aberto o caminho para o surgimento de um novo modelo, com o início das reduções de barreiras protecionistas e da participação do Estado na economia. (BATISTA, 2011, p. 90)

SILVA, 2019, p. 171). Ela baseia-se em Renouvin e Duroselle¹⁵, criadores do conceito de “forças profundas”. Celso Lafer (2001) é o autor dessa tese.

Quadro 2 – Sistematização da Revisão de Literatura (Adesão ao TNP)

VERTENTE EXPLICATIVA PRINCIPAL	AUTORES
Tese das Vantagens Automáticas	CERVO, Luiz Amado (1998; 2001; 2006; 2008); ALSINA JR, João (2003); VISENTINI, Paulo (2003); GUIMARÃES, Márcio (2005); SARAIVA, José Flávio Sombra (2005).
Tese da Credibilidade Internacional	VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo (2003); FONSECA JR., Gelson (2004); HIRST, Monica (2006); LESSA, Antônio Carlos et al (2009); LIMA, Maria Regina; HIRST, Monica (2009); OLIVEIRA, Leonardo (2011); PECEQUILO, Cristina (2012); SOUZA, Leandro (2013).
Tese da Ausência de Ameaça Externa	GARDINI, Gian Luca (2005); COUTTO, Tatiana (2014); BURNS, Richard; COYLE, Philip (2015); SPEKTOR, Matias (2016).
Tese do Isolamento Internacional	SILVA, Marcos Valle (2010; 2012)
Tese da Finalização do PATN	SAMPAIO, Amaral (1997); OLIVEIRA, Leticia (2014).
Tese da Vulnerabilidade Econômica	BATISTA, Gabriela (2011).
Tese da “Paz Democrática”	ALBRIGHT, David (1989); CARASALES, Julio (1995); BLUTH, Christoph et al (2010); PATTI, Carlo (2010); GILLARD, Nick (2016); PLUM, Mariana; RESENDE, Carlos Augusto (2016).
Tese das Comunidades Epistêmicas	KUTCHESFAHANI, Sara (2010)
Tese da Adesão Indireta	PINHEIRO, Leticia (2004); BATISTA, Paulo N. (2009).
Tese do Controle Civil	SOTOMAYOR, Arturo (2013; 2014)
Tese das “Forças Profundas”	LAFER, Celso (2001)
Tese da Inversão de Custos	PINHEIRO DA SILVA, Lucas (2019)

Elaboração própria com base em Pinheiro da Silva (2019, p. 169-172).

Por fim, a tese de “inversão de custos”, que é uma complementação da tese do isolamento internacional. Por meio de testes de inferência causal, concluiu-se que as evidências apontam para explicar a adesão do Brasil ao TNP por causa das mudanças do Sistema Internacional, conforme este trecho resume:

¹⁵ RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introduction à l’Histoire des Relations Internationales*. Paris: A. Colin, 1964.

A decisão foi tomada por causa da inversão de custos de adesão ao TNP. Por um lado, uma diminuição significativa dos custos de adesão ao TNP para o Brasil desde o início da vigência de salvaguardas abrangentes, que foram estabelecidas pelo Acordo Quadripartite, de 1991; por outro lado a adesão de países como China, França e Argentina, no início da década de 1990, isolava o Brasil internacionalmente, principalmente após a perenização do TNP, em 1995. (PINHEIRO DA SILVA, 2019, p. 175).

Nesta parte do trabalho, foram apresentados os motivos da adesão do Brasil ao TNP. Na próxima parte do trabalho serão expostas as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O TNP foi assinado em julho de 1968 e entrou em vigor em março de 1970, contudo a adesão do Brasil ocorreu somente em 1998. O presente trabalho buscou demonstrar como a temática nuclear é complexa e como a mudança de postura do Brasil em relação ao TNP envolve muitas e distintas interpretações. Cabe novamente ressaltar que o trabalho tem o intuito auxiliar a compreensão desse tema, a categorização de diferentes teses de explicação na literatura, bem como evidenciar o estado do conhecimento da temática.

Por intermédio da revisão de literatura, foi verificada a existência de cinco teses diferentes por trás da não adesão do Brasil em 1968 e a existência de doze teses diferentes por trás da sua adesão em 1998. Considerando o que foi exposto, é interessante observar que, das 5 teses diferentes que explicam a não adesão do Brasil ao TNP, duas teses tiveram os fatores sistêmicos como predominantes: tese da autonomia pela distância e tese do congelamento de poder. Enquanto isso, três teses tiveram os fatores domésticos como predominantes: tese do desenvolvimento nacional, tese da finalidade pacífica e tese do controle militar.

Já em relação à adesão do Brasil, das doze teses identificadas, seis tiveram os fatores sistêmicos como predominantes: tese de credibilidade internacional, tese da ausência de ameaça externa; tese do isolamento internacional; tese da vulnerabilidade econômica; tese das “forças profundas”; tese de inversão de custos”. Enquanto isso, seis teses tiveram os fatores

domésticos como predominantes: tese das vantagens automáticas; tese da finalização do PATN; tese da paz democrática; tese das comunidades epistêmicas; tese da adesão indireta; tese do controle civil.

O governo do presidente Costa e Silva condicionou a adesão ao TNP, em 1968, ao acesso à tecnologia nuclear pelos países não nucleares e a medidas efetivas de desarmamento por parte dos Estados nucleares. Em relação à primeira condição, o nível tecnológico nuclear brasileiro avançou consideravelmente; sendo, pois, muito convincente as teses de “finalidade pacífica” e de “finalização do PATN”, que apontam para a coincidência cronológica entre a mudança de postura do Brasil em relação ao TNP e a conquista do domínio do ciclo do urânio combustível. Por sua vez, não há evidências suficientes para afirmar que o Brasil pretendia construir armas nucleares; mas garantir que não haveria limitações de acesso tecnológico.

Houve, além de consideráveis mudanças domésticas, entre 1968 e 1998, mudanças sistêmicas consideráveis, incluindo o fim da Guerra Fria e a adesão de quase todos os países-membros da ONU ao TNP, incluindo a Argentina, em 1995.

A diferença entre o número de teses que explicam a adesão ao TNP, doze, e o número das que explicam a negação, cinco, sugere que há mais divergência acadêmica em relação às razões de adesão ao TNP do que em relação aos motivos da não adesão. Há três causas que explicam isso. A primeira seria a diferença cronológica. Como o processo de adesão é mais recente, ele possui mais estudos disponíveis e mais estudos recentes.

A segunda causa é o destaque em termos de agenda política que teve cada decisão em suas respectivas épocas. A recusa em aderir, em 1968, era coerente com a postura de considerável parte do mundo, como é possível verificar no quadro 3. Por sua vez, a adesão do Brasil em 1998 desafiava uma postura mantida pela política externa brasileira por 30 anos. Essa ruptura com a inércia diplomática nessa questão teve maiores repercussões. Além disso, a segunda decisão submete o país a um compromisso internacional relevante, embora tenha sido demonstrado, na seção anterior, que houve considerável mudança nos custos dessa decisão. Desse modo, também é compreensível, de forma geral, que a adesão chame mais a atenção e que seja objeto de mais estudos e de mais debates do que a não adesão.

A terceira causa é a diferença na extensão do processo decisório. Quando se nega a aderir a um tratado internacional, o Poder Executivo Federal não gera nenhum ato jurídico doméstico, isentando o Poder Legislativo Federal de manifestação. No entanto, a adesão a um tratado internacional gera ato jurídico doméstico e exige, conforme previsão Constitucional (artigo 49, inciso I) (BRASIL, 1988), a confirmação desse ato pelo Congresso Nacional, antes que o Tratado seja ratificado pela Presidência da República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVRO

- BATISTA JR. Paulo N (org.). *Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil: ensaios e palestras*. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2009.
- BURNS, Richard; COYLE, Philip. *The Challenges of Nuclear Non-proliferation*. Londres: Rowman and Littlefield, 2015.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Diários da Presidência 1997-1998*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (E-book).
- CERVO, Amado Luiz. Parte III: Do Projeto Desenvolvimentista à Globalização. In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. 595p.
- FONSECA JUNIOR, Gelson. *A Legitimidade e Outras Questões Internacionais: poder e ética entre as nações*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.
- HIRST, Mônica. Os cinco “As” das Relações Brasil-Estados Unidos: aliança alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmações. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (orgs.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas Volume 1*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- LAFER, Celso. *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia Brasileira: palavras, contextos e razões*. 2ed. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.
- PATTI, Carlo. *O Programa Nuclear Brasileiro: Uma História Oral*. Rio de Janeiro: FGV - CPDOC, 2014. 270p. (E-book)
- PECEQUILO, Cristina S. *As Relações Brasil-Estados Unidos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- SARAIVA, José Flávio S. Entre a Retórica e o Realismo: o peso da política exterior do Brasil de Vargas a Lula (1954-2005). In: SARAIVA, José Flávio S.; CERVO, Amado Luiz (orgs.). *O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.
- SILVA, Marcos. V. M. *Percepções de (In)Segurança: arma nucleares, TNP e o Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- SOTOMAYOR, Arturo C. Brazil and Mexico in the Nonproliferation Regime: Common Structures and Divergent Trajectories in Latin America. In: Fields, Jeffrey R (Ed.). *State Behavior and the Nuclear Nonproliferation Regime*. Athens: University of Georgia Press, 2014.
- VISENTINI, Paulo F. *Relações Internacionais do Brasil – De Vargas a Lula*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

WROBEL, Paulo. *Brazil, the Non-proliferation Treaty and Latin America as a Nuclear Weapon-Free Zone*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

WROBEL, Paulo. A Política Nuclear Brasileira. In: Albuquerque, José Augusto Guilhon (org). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): Prioridades, atores e políticos*. São Paulo: Annablume/NUPRI USP, 2000. pp. 65-86.

ZIEMATH, Gustavo Gerlach da Silva. *O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1945-2011)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

DISSERTAÇÕES E TESES

BATISTA, Gabriela Ferro Firmino. Política Externa Brasileira e o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP): da resistência à adesão. Campinas, 2011, 134 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FONSECA JUNIOR, Gelson. Apontamentos para o estudo da diplomacia multilateral do Brasil: momentos fundadores e temas políticos nas Nações Unidas. 2014. 205 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em

Estudos Estratégicos Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

GUIMARÃES, Márcio A. As Alterações da Política Externa Brasileira nos Anos Noventa. Um Estudo de Caso: a adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Porto Alegre, 2005, 285 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005

KUTCHESFAHANI, Sara Zahra. Politics and the Bomb: exploring the role of epistemic communities in nuclear non-proliferation outcomes. Londres, 2010, 271 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Department of Political Science, University College London, Londres, 2010.

MARCHETTI, Gustavo Heyse. O Brasil que diz não: Um estudo sobre a recusa brasileira ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear em 1968, 2011. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) - Programa Diplomacia, Instituto Rio Branco, Brasília.

MARTÍNEZ, Elias David Morales. A Experiencia de Tlatelolco: Um estudo do regime latino americano e caribenho de proscricção de armas nucleares. São Paulo, 2008. 463f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Leonardo S. A Adesão do Brasil ao TNP: uma análise sobre a trajetória da questão nuclear brasileira nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-92) e Fernando Henrique Cardoso (1995-98). Franca, 2011, 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2011.

OLIVEIRA, Leticia. T. F. A Adesão do Brasil ao Tratado de Não-proliferação Nuclear: um estudo da política externa e da política nuclear brasileiras na década de 1990. Niterói, 2014, 162f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) - Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

PINHEIRO DA SILVA, Lucas Peixoto. Tomada de Decisão na Política Externa Brasileira: um estudo da adesão do Brasil ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, 2019, 351f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SILVA, Marcos Valle Machado da. O Tratado Sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e a inserção do Estado brasileiro no regime dele decorrente, 2010, 198f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOUZA, Leandro B. O Brasil e o Regime Internacional de Não-Proliferação de Armas Nucleares: “adesão resistida” na inserção brasileira. São Paulo, 2013, 177f. Tese (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

DOCUMENTOS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 mai. 2019.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Luiz Felipe Lampreia (depoimento, 2008). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010.

TRATADO de Não Proliferação de Armas Nucleares. Disponível em: <<http://www.un.org/en/conf/npt/2005/npttreaty.html>>. Acesso em 04 abril. 2019.

TRATADO para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (emendado). 29 jan. 2002. Disponível em <<http://www.opanal.org/texto-del-tratado-de-tlatelolco/>>. Acesso em 04 abril. 2019.

ARTIGOS ACADÊMICOS

ALBRIGHT, David. Bomb Potential for South America. *Bulletin of the Atomic Scientists*, v. 45, n. 5, p. 16-20, 1989.

ALSINA JR. João P. S. a síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 46, v. 2, p. 53-86, 2003.

BLUTH, Christoph et al. Correspondence: civilian nuclear cooperation and the proliferation of nuclear weapons. *International Security*, v. 35, n. 1, p. 184-200, 2010.

CARSALES, Julio C. The Argentine-Brazilian Nuclear Rapprochement, *The Nonproliferation Review*, 1995, v. 2, n. 3, p. 39-48.

CASTRO, João Augusto de Araújo. O Congelamento do Poder Mundial. *Revista de Informação Legislativa*, v. 8, n. 31, pp. 37-52, jul./set. 1971.

CERVO, Amado Luiz. Ação Internacional do Brasil em Transformação: conceitos objetivos e resultados (1990-2005). In: OLIVEIRA, H. A.; LESSA, A. C. (Orgs.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

CERVO, Amado Luiz. Eixos conceituais da política exterior do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41 n. esp. 40 anos, pp. 66-84, 1998.

CERVO, Amado Luiz. History of International Relations in Brasil: new directions. *Via Mundi*, n. 3, p. 2-6, 2001.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

COUTTO, Tatiana. An International History of the Brazilian-Argentine Rapprochement. *International History Review*, v. 36, n. 2, p. 302-323, 2014.

DACOMBE, Rod. Systematic Reviews in Political Science: What Can the Approach Contribute to Political Research? *Political Studies Review*, v. 16, n. 2, p. 1-10, 2017.

DAWOOD, Layla; HERZ, Monica. Nuclear Governance in Latin America. *Contexto Internacional*, v. 35, n. 2, p. 497-535, 2013.

DOTY, D. Harold; GLICK, William H. Typologies as a unique forma of theory building: Toward improved understanding and modeling. *Academy of Management Review*, v. 19, n. 2, p. 230-251, 1994.

GARDINI, Gian Luca. The Hidden Diplomatic History of Argentine-Brazilian Integration: implications for historiography and theory. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 30, n. 60, p. 63-92, 2005.

- GILLARD, Nick. Foreign Assistance in Brazil's Nuclear Programme (Relatório-Proliferation Case Studies Series). *Project Alpha*. King's College London, 2016.
- GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. *Estudos Históricos*, v. 6., n. 12., pp. 211-246, 1993.
- LAFER, Celso. As Novas Dimensões do Desarmamento: os Regimes de Controle das Armas de Destruição em Massa e as Perspectivas para a Eliminação das Armas Nucleares. IEA, USP, 1998.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. A Política Externa do Governo FHC: continuidade e renovação. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 42, n. 2, p. 5-17, 1998.
- LESSA, Antônio Carlos et. al. Política Externa Planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 52, n. 1, p. 89-109, 2009.
- PATTI, Carlo. Brazil and the Nuclear Issues in the Years of the Luiz Inácio Lula da Silva Government (2003-2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. 2, p. 178-197, 2010.
- PLUM, Mariana O. N.; RESENDE, Carlos Augusto R. The ABACC Experience: continuity and credibility in the nuclear programs of Brazil and Argentina. *The Nonproliferation Review*, v. 23, n. 5-6, p. 575-593, 2016.
- SNYDER, Hannah. Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. *Journal of Business Research*, 104, p. 333-339, 2019.

- SOTOMAYOR, Arturo C. Brazil and Mexico in the Nonproliferation Regime. *The Nonproliferation Review*, v. 20, n. 1, p. 81-105, 2013.
- SOUZA, Luis Felipe Sposito de. A política nuclear brasileira e a adesão ao tratado de não-proliferação nuclear (1964-1998). Anuário da produção de iniciação científica discente, vol. XI, nº. 12, pp. 387-416, 2008.
- SPEKTOR, Matias. The Evolution of Brazil's Nuclear Intentions. *The Nonproliferation Review*, v. 23, n. 5-6, p. 635-652, 2016.
- TORRACO, Richard J. Writing Integrative Literature Reviews: Guidelines and Examples. *Human Resource Development Review*, v. 4, n. 3, p. 356-367, 2005.
- VIGEVANI; Tulio; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política Externa no Período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo Social*, v. 15, n. 2, p. 31-61, 2003.

ARTIGOS DE JORNAL

- SAMPAIO Antônio Amaral. A adesão do Brasil ao TNP. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 jul. 1997, Caderno A, p. 2.